

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil, deu-se início a Sexagésima Sexta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a Presidência do Vice - Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (Fundação Fé e Alegria do Brasil). Presente os conselheiros titulares: NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG); EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (Ministério da Fazenda); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO (MNDH) ;KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP) ;CHARLES ROBERTO PRANKE AMENCAR) ;CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE (MPAS). Presentes também os conselheiros suplentes governamentais que assumiram a titularidade nesta assembléia: OLGA CÂMARA (MJ); IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL) ; JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS (MRE) ; MARILDA MARFAN (MEC); GLÁUBER MACIEL SANTOS (MTE); CAIO LUIZ DAVOLI BRANDÃO (MPOG); Cristina Maria da Silva Albuquerque (MPAS). O Vice – Presidente abriu os trabalhos, cumprimentando a todos pela primeira assembléia do exercício. Em seguida, submeteu a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada com a inclusão da participação do Secretário Adjunto dos Direitos Humanos. Os demais itens ficaram inalterados como segue: I LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONANDA. A Ata da Sexagésima Quinta Assembléia Ordinária foi aprovada com emendas pertinentes. Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus

responsáveis. Quanto aos pontos pendentes, foram transferidos para novas proposições nas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. II – COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO . As Comissões temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram no período da manhã e parte do período da tarde, para tratar de assuntos específicos pertinentes. III – RELATO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO. a) Comissão de Articulação Orçamento e Finanças. Inicialmente, o coordenador da Comissão Charles Pranke, apresentou a composição da Comissão e em seguida fez o relato dos trabalhos, enfocando a situação dos Recursos do Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente – FNCA e dos valores aprovados para o exercício, na ordem de cinco milhões, cento e quarenta e oito mil reais, sendo que destes, dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil referem-se a fonte cento e cinquenta que tem origem de arrecadação e serão destinados ao Projeto Assistência Sócio-Educativa ao Adolescente em Conflito com a Lei . Quanto aos recursos de manutenção do CONANDA estão alocados na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional ao invés de estar na Unidade Orçamentária do DCA. Alegou que este assunto será aprofundado pelo Secretário Adjunto dos Direitos Humanos durante a sua fala, agendada para o segundo dia da assembléia. Com relação ao saldo de recursos da III Conferência Nacional, o Coordenador passou a atribuição à Comissão Temática de Comunicação, para apresentar proposta de trabalho, objetivando a sua utilização. No que se refere a coordenação e relatoria da Comissão, foram eleitos os conselheiros Charles Pranke, como coordenador e Eurídice Nóbrega Vidigal, como relatora. Foi proposto, o retorno da Comissão de Articulação, desmembrando-a da Comissão de Orçamento e Finanças, a qual será composta pelos conselheiros Fernando, Normando, Cláudio, Joacir, Olga, Eurídice, Ivanildo e Charles. Foi proposto também, a elaboração de resolução, definindo repasse dos recursos de Fundo a Fundo, ficando os conselheiros Caio e Eurídice, responsáveis pela apresentação da minuta na próxima assembléia de março. Todas as

proposições apresentadas foram aprovadas pela plenária. b) Comissão Temática de Políticas Públicas: Os trabalhos desta Comissão foram relatados pela conselheira Maria Izabel, enfocando o levantamento das pendências do exercício anterior, a saber: 1) Reelaboração de Diretrizes Nacionais da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente: 1.1 – Identificar, arregimentar e sistematizar até o final de fevereiro, os documentos disponíveis referentes à Política Nacional. Responsável DCA; 1.2 – Contratação de Consultoria Técnica para elaboração da pré – minuta de Diretrizes da Política Nacional, prevista para o final de fevereiro e início de março; 1.3 – Apresentar pré-minuta ao CONANDA, na assembléia do mês de abril; 1.4 – Enviar minuta aos CEDCAS e demais parceiros, objetivando contribuições para o seu aperfeiçoamento, com retorno das mesmas até o final do mês de maio; 1.5 – Aprovar a minuta na assembléia do mês de junho; 1.6 – Lançamento das diretrizes no dia treze de julho, data comemorativa dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2) Plano Nacional de Educação: 2.1 – Verificar no Congresso Nacional, a tramitação do Plano; 2.2 – Verificar as propostas da III Conferência Nacional sobre o tema e analisar os dados enviados pelos Estados através dos instrumentais de avaliação. Os demais pontos pendentes não foram discutidos pela exiguidade de tempo. Todas as proposições foram aprovadas pela plenária, acrescentando que a ação sobre o Plano Nacional de Educação seja decidida através de ação conjunta com o Conselho Nacional de Educação. Quanto ao Relatório da ONU, a técnica do DCA Eliana Crisóstomo, informou que no dia nove de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, foi baixada Portaria Interministerial número setecentos e dois, criando Comissão Especial para coordenar os trabalhos de preparação e de análise dos relatórios decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. A referida Portaria foi assinada pelos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça. A conselheira Maria Stela solicitou o envio de documentos aos ministérios, pedindo para que o relatório retorne ao CONANDA

antes de ser enviado á ONU. c) Grupo de Trabalho Sobre Medidas Sócio - Educativas: O conselheiro Caio Luiz, fez o relato dos trabalhos, ressaltando os seguintes pontos: 1 – Elaboração do cronograma de atividades para o ano dois mil; 2- Solicitar à Secretaria Executiva atualização do quadro demonstrativo dos convênios, com dados de mil novecentos e noventa e nove e o programado para o ano dois mil, visando dar continuidade aos compromissos assumidos com os Estados. Com relação aos projetos sobre as medidas sócio-educativas, definiu-se que a Comissão de Orçamento e Finanças tratará das questões orçamentarias e o GT de medidas sócio-educativas da análise e parecer técnico. Sugeriu-se também, que os convênios em andamento e os novos a serem firmados sobre medidas sócio-educativas ,sejam monitorados por técnicos do DCA; 3- Revisão das Resoluções do Conselho, no que se refere as medidas sócio-educativas; 4 – Solicitação de participação mais efetiva dos conselheiros governamentais ; 5 – Estudo dos indicadores para avaliação das medidas sócio-educativas; 6 – Foi proposto ainda pelo GT, que no ano dois mil, o foco seja o reordenamento institucional, voltado para o atendimento das medidas sócio-educativas em meio aberto e de internação, através de seminários, visitas e fomentos de experiências. Com relação ao levantamento das pendências e a elaboração do planejamento das ações, os mesmos não foram realizados, tendo em vista a exiguidade de tempo. As propostas apresentadas pelo GT foram aprovadas pela plenária, reafirmando-se que os recursos do Fundo Nacional continuarão atender os convênios em andamento, bem como os novos, cujas propostas não puderam ser atendidas no ano anterior, devendo-se também garantir o atendimento das medidas sócio-educativas em meio aberto e a capacitação, em detrimento aos projetos de construção. d) Grupos de Trabalho sobre Conselhos Tutelares: O coordenador do GT Normando Batista, fez o relato dos trabalhos , enfocando os seguintes pontos: 1 – Considerando o atraso na elaboração da resolução sobre Diretrizes para o Conselho Tutelar, foi alterado o cronograma

para o envio da minuta aos Estados, transferindo a sua aprovação para o mês de maio do corrente ano;

2 – Contratação de consultoria para elaboração da referida resolução, com recursos dos encontros de articulação. Caso não seja possível, utilizar os recursos da III Conferência; 3 – Solicitar relatório do encontro de articulação do CONANDA com os conselheiros tutelares da região sudeste; 4 – Pedido de pareceres sobre documentos não afetos às competências deste Conselho. A conselheira Maria Izabel, abordou sobre o Encontro Nacional dos Conselhos Tutelares a realizar-se em maio de dois mil, indagando qual será o apoio do CONANDA neste evento, se político ou financeiro, visto o compromisso assumido com os conselheiros tutelares, durante a III Conferência Nacional. O assunto foi amplamente debatido e como não houve consenso sobre a forma do apoio a ser prestado, foi aprovado o envio de correspondência à Comissão de Articulação dos Conselhos Tutelares, para que formulem o pedido de apoio do CONANDA, para posterior deliberação deste Colegiado. Os itens IV e V da pauta proposta para o primeiro dia, ou seja Avaliação Geral do exercício de mil novecentos e noventa e nove e Avaliação da III Conferência Nacional, foram transferidos para a próxima plenária, tendo em vista a escassês de tempo. No segundo dia de assembléia, o Vice-Presidente abriu os trabalhos e em seguida passou a palavra ao Secretário Adjunto dos Direitos Humanos, Dr. Marcelo Estevão . O Secretário Adjunto, após os cumprimentos iniciais, parabenizou o Conselho pela realização da III Conferência e em seguida informou sobre procedimentos adotados para incrementar as ações do CONANDA, destacando-se alguns pontos: 1 – Modernização Administrativa: Com relação a Fundação Banco do Brasil, informou que não há possibilidade de conveniamento com essa Fundação neste ano, porém acha que se houver planejamento pré-definido para as ações do Conselho, será possível reverter a situação; 2 – Informações sobre o resultado da reunião havida com os conselheiros governamentais: Foi acordado sobre a necessidade de se ter uma atuação focalizada em um Plano de

Ação, na capacitação dos conselheiros no tocante as questões de leis, orçamento, etc, para uma atuação mais incisiva na sua ação, revisão da sistemática das reuniões, especialmente quanto a duração, propondo-se um único dia de assembléia, tendo em vista os compromissos dos conselheiros nos seus órgãos de origem; 3 – Reivindicação do Ministério de Esporte e Turismo, para participar do CONANDA. O assunto foi discutido obtendo-se a anuência do Ministério da Cultura para que o Ministério dos Esportes seja o suplente no Conselho, ficando a decisão para ser deliberada em plenário; 4 – Orçamento do CONANDA e do FNCA. Ressaltou os pontos abordados na correspondência da Vice-Presidência, ou seja, de recompor e alterar o orçamento para manutenção do CONANDA e do FNCA, de forma a garantir a correta alocação dos recursos de acordo com a proposta do exercício anterior. Fez o relato das negociações com o Ministério do Planejamento e Orçamento e com a Frente Parlamentar, através da Deputada Rita Camata, objetivando restabelecer o orçamento do Conanda e do FNCA, os quais estão aquém do previsto, bem como corrigir as distorções havidas. Ressaltou que não é um processo fácil de se reverter, porém serão envidados todos os esforços para encaminhá-los da melhor forma possível. Argumentou sobre a importância do CONANDA caminhar sem prejuízo da proposta orçamentária, buscando-se outras formas de carrear recursos para o FNCA. 5 – Com relação a estrutura da Secretaria Executiva, enfocou sobre a viabilidade de convênios com o Departamento Penitenciário; prestação de serviços voluntários, estagiários universitários, voluntários de ONG's e outras pessoas, que possam ajudar a compor o quadro de pessoal da Secretaria Executiva. Abriu-se o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: 1 – Com relação ao orçamento para manutenção do CONANDA e os recursos do FNCA, o Vice-Presidente e o conselheiro Charles Pranke esclareceram que os recursos alocados no PPA para manutenção do Conselho saíram nas ações do FNCA, impossibilitando o DCA de operacionalizar esse apoio. Por outro lado, esses recursos devem

ser mantidos também na rubrica do FNCA, caso contrário o mesmo fica impossibilitado de aplicar os recursos captados na fonte de arrecadação. Há necessidade ainda, de correção da fonte dos recursos da Ação Assistência Sócio-Educativa aos Adolescentes em Conflito com a Lei, que estão alocados na fonte cento e cinquenta, sendo que essa arrecadação não permite garantir os valores necessários para cumprir os compromissos assumidos pelo CONANDA. Alertaram ainda, para recursos alocados no FNCA e que são do orçamento do DCA. Para sanar estas distorções, há necessidade da manifestação formal do Ministério da Justiça. Tanto o Vice-Presidente, como o conselheiro Charles Pranke, solicitaram urgência nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério, visto o processo de votação do orçamento no Congresso Nacional. A conselheira Maria Izabel, disse que esteve no Congresso Nacional e mediante negociações com alguns Deputados, há chance de aprovação dos recursos do CONANDA, desde que haja a manifestação formal do Ministério da Justiça. A conselheira Olga Câmara, disse achar um absurdo que os Deputados estejam esperando um pronunciamento do Ministério da Justiça, visto que o orçamento enviado ao Congresso Nacional foi oficial. Agradeceu a atitude da representante do INESC – Jussara de Goiás e de Márcio Sanches do Fórum Nacional, no acompanhamento do orçamento junto aos Congressistas. Disse ainda, não compreender porque o orçamento saiu truncado, considerando os esforços havidos na elaboração do PPA. Ela espera que os parlamentares assumam o compromisso com a criança e o adolescente, sanando estes problemas. Dr. Marcelo Estevão, também esclareceu alguns pontos do PPA, informando que os recursos constantes na rubrica de manutenção do CONANDA no valor de trezentos mil reais são insuficientes e que emendas foram feitas em tempo hábil, porém não sabe porque o CONANDA não foi contemplado. Há necessidade de uma ação política do Ministério da Justiça junto ao relator geral do orçamento, objetivando a sua recomposição. Ele acha que há possibilidade de solucionar o problema e se depender

apenas da questão formal do Ministério da Justiça, este será solucionado. O conselheiro Joacir, propôs a ida de um conselheiro do CONANDA, juntamente com o Dr. Marcelo, para tratarem destas questões no Congresso Nacional, tendo sido aprovado por todos. Com relação a proposta de assembléia num único dia, o conselheiro José Fernando, esclareceu que a assembléia do CONANDA é de apenas um dia, sendo que o outro dia é destinado às Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho. O Vice-Presidente, também fez suas ponderações sobre o assunto, argumentando que as reuniões num só dia se tornam impossíveis. A conselheira Olga Câmara, propôs maior reflexão, alegando que os representantes não governamentais tem até mais dificuldades que os governamentais. Sugeriu ainda, a viabilidade de um segundo suplente para os representantes governamentais. A conselheira Maria Izabel, alegou que as entidades tem as mesmas dificuldades e que nos grupos de trabalho a sociedade civil está sozinha. Quanto a suplência do Ministério dos Esportes, acha que formalmente é possível. A conselheira Marilda Marfan, disse que tem participado das comissões e considera que os trabalhos devem ser racionalizados, visto que muitas vezes se prestam a responder “cartinhas”. A conselheira Maria Izabel, contra-argumentou que a questão das cartinhas é em decorrência da falta de pessoal na Secretaria Executiva. A conselheira Eurídice, alegou estar havendo compatibilização de agendas com o CNAS, visto que ela compõe os dois Conselhos e também a falta de compreensão da chefia, havendo necessidade de se trabalhar estas questões a nível de ministério e propôs uma política de divulgação das ações do CONANDA. O conselheiro Nelson, propôs que os assuntos a serem deliberados, sejam encaminhados aos conselheiros com uma semana de antecedência. O Vice-Presidente, falou das dificuldades da sociedade civil e do governo e da necessidade do esforço conjunto, tendo em vista a demanda deste Conselho. Para Dr. Marcelo, está faltando sistematização e articulação com a Comunicação Social do Governo, para mostrar à mídia o que se está fazendo. O conselheiro José

Fernando, indagou sobre a Portaria de toque de recolher, da Justiça de Pernambuco e Dr. Marcelo justificou que este assunto está afeto à conselheira Olga, a qual deverá dar explicações sobre o assunto no decorrer da assembléia. Agradeceu mais uma vez a oportunidade de estar presente, despedindo-se com o compromisso de encaminhar a correspondência ao Congresso Nacional o mais urgente possível.

Prosseguindo a pauta do segundo dia, passou-se para os itens que seguem I APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO. Com a presença de dezoito conselheiros, portanto, mais de dois terços, o novo Regimento Interno do CONANDA foi aprovado por unanimidade, após as correções e propostas de emendas pertinentes. O mesmo será publicado no Diário Oficial da União, através de Resolução do Conselho.

ITEM II – ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA e VICE-PRESIDÊNCIA DO CONSELHO – Após reunião com o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, ficou acordado entre governo e sociedade civil a transferência das questões da eleição da Presidência e Vice-Presidência para a próxima assembléia do Conselho.

ITEM III - DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTA DE ARRECADAÇÃO DO FUNDO NACIONAL VIA EMPRESAS. Estiveram presentes neste momento da assembléia: Lars Graell (Campeão Olímpico de Iatismo); Pampa, Geovanni e Marcelo Negrão (Campeões Olímpicos da Seleção Brasileira, Masculina de Vôlei); Bruno (Confederação Brasileira de Canoagem); Wilma (INDESP) técnicos do DCA; Jussara de Goiás (INESC); técnicos do DDH; Vanessa (Fórum DCA); Perla (INESC); Tânia Almeida (CORDE); Integrantes do FONACRIAD. Paulão (Campeão Olímpico e ex integrante da Seleção Brasileira Masculina de Vôlei); Coordenadores Educacionais do INDESP; Dr. Augusto Viveiros (Presidente do INDESP); Laís Veloso (Assessora do INDESP); Denise Paiva (Programa Paz nas Escolas); Silvia Arruda (Coordenadora do SIPIA). Feitas as apresentações dos visitantes e dos conselheiros do CONANDA, o Vice-Presidente passou a palavra ao Dr. Marcelo, que falou da proposta concreta que o

Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP, está trazendo para o FNCA, buscando-se uma ação conjunta do Ministério do Esporte e Turismo, através do CONANDA e da SEDH. Considera uma proposta interessantíssima e se aprovada marcará uma nova etapa na vida deste Conselho, no sentido de viabilizar alguns dispositivos legais, até hoje não usados. Em seguida, informou aos integrantes do INDESP sobre as articulações mantidas com o ministério da Cultura, para que o mesmo assumira a suplência no CONANDA. Prosseguindo, passou a palavra ao Diretor do INDESP, Dr. Augusto Viveiros, que apresentou os objetivos do Instituto e os recursos alocados para o atingimento dos mesmos. Dentre as ações desenvolvidas, destacou o Projeto Pintando a Liberdade, desenvolvido com os apenados, através da profissionalização na fabricação e comercialização de bolas. O ex integrante da seleção brasileira de volei Paulão, hoje integrante da Diretoria do INDESP, falou do seu trabalho no Instituto, da atuação integrada com a Diretoria de Programas Especiais, coordenada pelo campeão olímpico Lars Grael e com outros campeões olímpicos, no sentido de viabilizar os trabalhos desse Instituto. Ressaltou a importância em ter descoberto o CONANDA e a possível parceria a ser firmada entre este Conselho, o INDESP e Empresas, para arrecadação de recursos de incentivo fiscal ao FNCA, objetivando viabilizar projetos sociais e esportivos voltados à crianças e adolescentes. . Em seguida, passou a palavra para a assessora do INDESP, Dr^a Lais Veloso, que agradeceu a oportunidade de estar presente neste Conselho. Fez o relato da sua experiência junto as empresas, para utilização do incentivo fiscal em projetos sociais e enfatizou que a proposta do INDESP, é para que os recursos de incentivos fiscais sejam aplicados em ações preventivas através de projetos sociais e esportivos e que as ações curativas sejam feitas através de dotação orçamentária governamental. Informou que os recursos destinados à crianças e adolescentes são tributos previstos em lei e as empresas não sabem o que fazer com esse incentivo fiscal. O seu trabalho junto à essas

empresas consiste no assessoramento para que as mesmas repassem os recursos ao FNCA. Segundo Dr^a Laís, os recursos da renúncia fiscal oscilam entre oitenta e noventa milhões de reais, sendo que destes muito pouco é utilizado para tal fim. Caso a parceria seja firmada, o INDESP apresenta os projetos das empresas ao CONANDA para a sua aprovação, e em seguida a empresa credita os recursos ao FNCA. Solicitou ao Conselho a manifestação sobre essa possibilidade de alocação dos recursos da renúncia fiscal ao Fundo. O Vice-Presidente, ressaltou que os Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais, são vinculados aos Conselhos de Direitos e são os únicos fundos públicos que podem utilizar recursos da renúncia fiscal. Os Conselhos de Direitos são órgãos controladores e formuladores de políticas e tem obrigação de gerir os recursos dos Fundos. Os Conselhos não são executores, por isso, obrigatoriamente tem de estar em parceria para executar os projetos que perpassam por eles. Os Conselhos, são instrumentos que estão completando dez anos de participação paritária de gestão pública na área da infância e adolescência, cujos fundos vinculados tem essa capacidade de operar a renúncia fiscal, havendo possibilidades, sim, dessa parceria com o INDESP e as empresas. Prosseguindo, abriu-se o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: 1 – O conselheiro Normando, indagou se os recursos das empresas podem ser destinados à outras prioridades do Fundo ou somente à projetos por ela apresentados; 2 – A conselheira Eurídice, apresentou sua manifestação de alegria, sobre a possibilidade de que os recursos da renúncia fiscal venham a fazer essa transformação que tanto se busca e tão pouco se vem executando na área da criança e do adolescente; 3 – A conselheira Kênia, indagou sobre como se dará a captação dos projetos, visto que as empresas tem interesse de investir em determinadas áreas; 4 – O conselheiro Caio, sugeriu que tendo em vista o esporte estar ligado a educação, será interessante que sempre que se falar em esporte se fale em educação, porque são coisas que andam juntas; 5 – O conselheiro Joacir, indagou como será a

parceria entre o CONANDA e o INDESP; 6 – O conselheiro Fernando, propôs a criação de uma Comissão para gestão e operacionalização da proposta; 7 – A conselheira Maria Stela, ressaltou a importância do esporte na vida dos meninos e meninas de rua, bem como reforçou a idéia de se implantar o Projeto Pintando a Liberdade nas FEBEM's o mais urgente possível. Reforçou ainda, a necessidade de criação dessa Comissão, para desencadear os mecanismos de funcionamento, definindo-se técnicas operacionais concretas e efetivas, para clareza do papel de cada um no processo, quanto a infra-estrutura, o acompanhamento, o monitoramento, enfim a desburocratização do Fundo na sua função administrativa; 8 – Carmem, Presidente da FEBEM – RS e integrante do FONACRIAD, também ressaltou a importância da desburocratização no repasse dos recursos do Fundo. A assessora Laís, disse que não será uma coisa ruim que parte dos recursos possam ficar no Fundo, desde que a empresa seja informada do que está sendo feito com os mesmos. Ela acha que deve-se acostumar a empresa a fazer doação ao Fundo, porque se um dia a renúncia fiscal acabar o vício já esteja estabelecido. O importante é que a empresa apresente o seu projeto. Quanto a parceria ampliada, é ter uma visão de mercado, não importando quem irá fazer. Demonstrou sua indignação com a situação, visto que noventa e seis por cento da renúncia fiscal não é aplicada, voltando para o tesouro, os quais poderiam ser alocados diretos em programas para crianças e adolescentes, através dos Fundos. No tocante a seleção dos projetos, as empresas apresentam suas necessidades, sendo a base dos projetos a ação social e esportiva para crianças e adolescentes, num leque bem amplo de atendimento. O INDESP apresenta ao Conselho o projeto com o nome da empresa que irá financiá-lo sendo que o CONANDA poderá sugerir a sua adequação. Quanto a questão da relação esporte e educação, a perspectiva do projeto é que se trabalhe o esporte como um meio de educação e não como um fim em si mesmo, ou seja, o projeto não visa formar campeões, mas dar instrumentos para que a criança e o adolescente

exercçam a sua cidadania. Com relação a parceria, Paulão informou sobre a necessidade de divulgação nas empresas sobre a lei de incentivo fiscal, sugerindo a criação de uma cartilha informativa aos empresários. Quanto a seleção dos projetos, Dr^a Laís informou ainda, que no seu escritório já existem quarenta e sete projetos aprovados, aguardando atendimento. Ressaltou também a importância de se mostrar à mídia que os projetos apoiados pelo CONANDA estão dando certo. No tocante a desburocratização, a assessora deu depoimento que no Conselho Estadual do Paraná, esta parceria já vem sendo executada entre o Fundo Estadual e as empresas e que os recursos são liberados no máximo em três meses. A conselheira Olga Câmara, aproveitou a oportunidade para presentear todos integrantes do INDESP com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enfatizando que hoje nesta plenária foram concretizados os artigos dessa Declaração, e que o INDESP através dos atletas olímpicos está proporcionando com essa atitude de despreendimento dos seus campeões, que por serem vitoriosos, querem que outras crianças e adolescentes também o sejam, dando à eles o direito de crescerem dentro do espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos. O Vice-Presidente abriu a palavra aos desportistas, Paulão, Giovane, Pampa, Marcelo Negrão, Laís, Graiel e Bruno, sendo que eles foram unânimes ao abordar o desejo de apoiarem as ações voltadas à crianças e adolescentes, através do esporte, enfatizando que o esporte eleva as pessoas e que o trabalho em equipe fez deles campeões, por isso tem tudo para desenvolverem o mesmo exemplo através desse trabalho. A conselheira Maria Izabel, fez a entrega do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a recomendação para que o mesmo seja a Bíblia para todos eles, como o é para os conselheiros deste colegiado e os parceiros que atuam nessa área. Após estas manifestações, a proposta apresentada foi aprovada por aclamação. Foi também aprovada a criação da Comissão para condução da proposta, que será composta por dois integrantes do INDESP, dois do CONANDA(Comissão de

Orçamento) , dois do DCA e pelo conselheiro representante da Casa Civil, bem como a participação do INDESP no CONANDA como suplente do Ministério da Cultura. O Vice-Presidente agradeceu a presença de todos pela participação nesta plenária, ressaltando os dez anos de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a necessidade de dar visibilidade das ações deste Conselho, conclamando a todos para o combate ao trabalho infantil, à exploração sexual e ao rebaixamento da idade penal. ITEM IV - CONTRATO ADMINISTRATIVO COM OS CORREIOS. A proposta de lançamento do selo “ Selando o Futuro”, cujos recursos no valor de oito centavos por cada unidade vendida, os quais serão creditados no Fundo Nacional, foi aprovada por todos. ITEM VI – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PARA O ANO DOIS MIL. O calendário de atividades do Conselho foi aprovado, mediante consenso dos conselheiros presentes. ITEM VII – Visita aos Estados de Alagoas (Porto Calvo) e Maranhão (Caxias). O assunto foi debatido, tendo sido aprovado o convite para que as juízas desses municípios participem da próxima assembléia do CONANDA, bem como um representante da Polícia Federal (Coordenação Nacional), um representante da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS e um representante do Ministério Público Federal. ITEM VIII – FÓRUM NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. A conselheira Maria Izabel, informou que a Secretaria Executiva do Fórum irá encaminhar ao CONANDA os subsídios vindo dos Estados, para aprimoramento do Plano Nacional. Informou ainda, que no período de três a cinco de maio, será realizado seminário para conclusão do Plano Nacional e também para tratar sobre as piores formas de trabalho infantil. Propôs a conselheira, que neste evento o CONANDA tenha um posicionamento claro sobre as piores formas de trabalho infantil. Sugeriu ainda, o envio de convite para a participação de dois representantes dos CDECAS por Estado, com despesas custeadas por cada Conselho. Quanto a participação do CONANDA, será decidido na próxima plenária. Com relação aos

itens V – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA O ANO DOIS MIL, ITEM XI – COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DO ECA e XIII – ARTICULAÇÃO DO CONANDA COM OS CONSELHOS ESTADUAIS , DISTRITAL E MUNCIPAIS, os mesmos foram transferidos para a próxima assembléia do Conselho, tendo em vista a exiguidade de tempo. No terceiro dia de assembléia, prosseguiu-se com os trabalhos, conforme pauta aprovada. ITEM I – EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO - . Inicialmente, o Vice-Presidente abriu os trabalhos com a apresentação dos conselheiros do CONANDA e da equipe visitante. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Dr. Edson Ortega Marques. O Secretário cumprimentou a todos, informando que antes de vir ao CONANDA já esteve no CONDECA – SP, ressaltando a importância do diálogo com esses espaços públicos voltados à área da infância e adolescência. Em seguida apresentou uma síntese do relatório de prestação de contas da FEBEM – SP, correspondente ao período de vinte e sete de outubro de noventa e nove a trinta e um de janeiro de dois mil, o qual consta um diagnóstico (perfil da população), das diretrizes de ação governamental e das medidas adotadas visando a transformação do modelo existente. Com relação ao diagnóstico, informou que em outubro de mil novecentos e noventa e nove, a FEBEM tinha três mil e oitenta e cinco adolescentes em privação de liberdade, sendo setenta e dois por cento em internação, vinte e dois por cento em internação provisória e apenas seis por cento em semiliberdade. Deste total de adolescente, quarenta e quatro por cento residem na Capital, trinta e cinco por cento no interior e dezenove por cento na grande São Paulo. Os dados sobre a composição etária desse grupo revelam que setenta e um por cento situam-se na faixa de quinze a dezessete anos, seguindo-se a faixa etária de dezoito a vinte anos, com 22 por cento. A predominância dos adolescentes é para o sexo masculino, com noventa e cinco por

cento. Quanto ao tipo de infração a maior incidência é de roubo, cinquenta e oito por cento sobre o total. Para o atendimento em meio aberto, a predominância, também é para o sexo masculino, noventa e dois por cento . A ação governamental proposta está fundada numa política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente baseada nas diretrizes de integração de esferas do poder e de governo, na política de direitos, na regionalização/descentralização e na participação da sociedade. Na área de intervenção técnica, as diretrizes estão voltadas para a ênfase nas medidas em meio aberto, na personalização do atendimento, na educação formal, na qualificação profissional e no apoio e assistência à família. Com relação à área de intervenção da estrutura organizacional, o enfoque será na reestruturação administrativa e na reestruturação das Unidades, tendo sido apresentado calendário de previsão para instalação dos comitês de articulação e integração. Na área de intervenção dos recursos humanos as diretrizes estão voltadas para o novo perfil profissional, qualificação e requalificação profissional, reorganização da política de recursos humanos e atenção á saúde profissional. Na área de intervenção para obras, as diretrizes específicas são a habitabilidade, atividades pedagógicas e segurança, tendo sido apresentado o cronograma de implantação das unidades reformadas e novas. Convém ressaltar, que todas as diretrizes foram detalhadas durante a explanação dos trabalhos. O Vice-Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os pontos que seguem: 1 – A conselheira Rachel Niskier, indagou porque não trocar o nome, visto que FEBEM é nome proscrito. Apontou para a falta de dados sobre escolaridade e origem familiar, no diagnóstico apresentado e indagou ainda, se os adolescentes já tinham alguma inserção no trabalho; 2 – A conselheira Eurídice, parabenizou o Secretário, pela criação da ouvidoria e quis saber se os contatos com o voluntariado já havia sido feito, bem como se já havia parceria com o SERPRO; 3 – O conselheiro Joacir, elogiou o relato dos trabalhos, o qual demonstra que em um Estado como São Paulo, também é possível realizar um

trabalho dessa natureza . Indagou, porque o Projeto prevê quarenta adolescentes por unidade, sendo que no município de Franco da Rocha prevê oitenta e oito adolescentes. Disse concordar com a mudança de nome da Instituição; 4 – O conselheiro José Fernando , questionou que tendo em vista a maioria dos crimes demonstrados no diagnóstico ser contra o patrimônio, porque a maioria dos recursos estarem alocados para a internação, ao invés de programas em meio aberto. O Secretário informou que quanto ao nome FEBEM, talvez o mesmo nasça junto com a nova Instituição. Quanto ao SERPRO, informou que em São Paulo existe a PRODESP e já estão trabalhando em parceria. Disse ainda, que todas as unidades irão ter a sua HOME PAGE e os adolescentes os seus e-mail. Quanto a internação informou que tem juiz que interna todos os adolescentes que se apresentam. No tocante as unidades de oitenta e oito adolescentes, ressaltou que as mesmas são divididas em módulos de até quarenta e quatro adolescentes cada. Disse ainda, que todas as unidades serão autônomas e que hoje estão usando blocos inadequados em Santo André, Carandirú e Pinheiros, para poder desativar a unidade de Tatuapé; 5 – A conselheira Maria Izabel, indagou como está o debate com as Prefeituras, como está sendo trabalhado a desinternação e a sua reinserção, como está a questão de Santo André e a rede de informações . Se o orçamento já está assegurado e o prazo final para todo o processo; 7 – A conselheira Maria Stela, disse não ter percebido um sistema de garantia nesse processo e nem o apoio ao SIPIA. Indagou qual é o posicionamento do Secretário sobre o rebaixamento da idade penal, uma vez que São Paulo já está utilizando o rebaixamento; 8 – A conselheira Olga Câmara, ressaltou a sua satisfação pela explanação dos trabalhos, alegando que valeu a pena toda a luta, na tentativa de ajudar São Paulo . Cumprimentou Dr^a Laura, Diretora Técnica, pelo seu profissionalismo e Dr. Ortega pela sua transparência, autenticidade, firmeza de posições e pelo seu espírito saneador.; 9 – O conselheiro Nelson, indagou sobre a questão das horas extras e dos salários dos funcionários. O Secretário

respondeu, que a resistência das Prefeituras tem diminuído e com relação a reinserção dos adolescentes, está havendo uma grande mobilização neste sentido. Disse ser contra o rebaixamento da idade penal e que o Governador também o é, apesar de alguns partidos do governo serem a favor. Com relação ao orçamento, disse que o mesmo está garantido pelo governador. No que tange ao SIPIA, disse que o mesmo foi criado através de resolução. Quanto aos salários, a Diretora Técnica, informou que os mesmos são de acordo com as categorias em que se enquadram os servidores e que o caso das horas-extras está sendo revisto. Concluído o debate, o Vice - Presidente esclareceu ao Secretário, que o CONANDA não foi à São Paulo, tendo em vista a situação em que se encontrava a FEBEM, decidindo-se aguardar, porém, após esta exposição, será agendada a visita àquele Estado, visto que os objetivos foram atingidos. Agradeceu Dr. Ortega, afirmando que esta visita acendeu luzes para uma nova era na vida da FEBEM. O Secretário agradeceu a oportunidade de estar presente, dizendo ter anotado todas as observações feitas, bem como sugeriu às conselheiras de São Paulo Maria Izabel e Maria Stela, enquanto CONANDA, pudessem acompanhar de perto os trabalhos e fizessem as observações necessárias. Disse que espera retornar à este Conselho, para apresentar as evoluções dos trabalhos.

ITEM II – EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DIREITOS HUMANOS DE MINAS GERAIS. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Vice - Presidente apresentou Dr^a Angela Maria Pace de Assis, Secretária de Estado da Justiça e Direitos Humanos de Minas Gerais, para exposição dos trabalhos com o adolescente em conflito com a lei daquele Estado. Após os cumprimentos formais, a Secretária expôs a situação em que se encontra Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator – SAREMI, da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, principalmente no tocante a reestruturação do modelo arquitetônico, considerando-o inadequado para recuperação de adolescente. Informou que assumiu a Secretaria em

novembro de mil novecentos e noventa e nove, depois da trágica rebelião havida na SAREMI. Na oportunidade apresentou a nova superintendente da SAREMI, Dr^a Edna Lúcia Gomes de Souza e Dr.^a Wilze, Superintendente de Planejamento da Secretaria de Justiça. Ressaltou que a realidade conjuntural de Minas Gerais viveu grande período de desarticulação e ações isoladas e que a SAREMI também foi desenvolvendo suas ações isoladamente de forma desarticulada, distanciando-se gradativamente do cumprimento de sua finalidade e do que preconiza o ECA, quanto a mudança de gestão e articulação em rede. Sendo assim está buscando estratégias visando o seu reordenamento institucional. Falou da parceria com a justiça da Infância e da Juventude, Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos, Conselho Tutelar e outros segmento que atuam na área do atendimento ao adolescente infrator, para integrarem o grupo de trabalho criado pelo governador para a elaboração do novo modelo de atendimento das medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade. Ressaltou também, sobre o trabalho que vem sendo feito com os municípios, no tocante ao convencimento dos mesmos para a construção das unidades de internação nesses municípios. Enfatizou ainda, a importância do trabalho desenvolvido em parceria e principalmente, destacando a parceria com o CONANDA, para execução do projeto sobre medidas sócio-educativas aprovado por este Conselho. Informou, que será realizado um seminário no mês de abril para discutir as medidas sócio - educativas no Estado de Minas Gerais. Agradeceu a oportunidade de estar aqui presente, colocando-se à disposição para os questionamentos necessários. A conselheira Maria Stela, falou sobre os critérios do sistema de garantia de direitos, principalmente no tocante as medidas em meio aberto e sobre o repasse de recursos através do convênio a ser firmado com o CONANDA para o atendimento das medidas sócio-educativas. A conselheira Maria Izabel, solicitou os dados sobre o perfil dos adolescentes atendidos, e o tipo de medidas que estão cumprindo, bem como a importância do

CONANDA estar junto no seminário a ser realizado. Solicitou ainda, para que a Secretária ajude o CONANDA na defesa ao não rebaixamento da idade penal. O conselheiro Normando, ressaltou para que a internação seja a última medida a ser aplicada aos adolescentes. A conselheira Olga Câmara, fez um apelo para que sejam criadas as delegacias de crime contra criança e de proteção naquele Estado. A superintendente da SAREMI, respondeu que a implantação das medidas de semiliberdade e as de meio aberto ainda não estão acontecendo e que a sua execução será feita pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente – SETASCAD. Informou ainda que os programas de semiliberdade serão implantados em doze municípios. Quanto ao seminário, a Secretária desde já convidou o CONANDA para participar do mesmo, bem como solicitou para que a conselheira Kênia, que reside em Belo Horizonte acompanhe de perto os trabalhos da Secretaria e da SAREMI. O Vice-Presidente agradeceu a presença dos visitantes, esclarecendo que o Conselho irá aguardar a reestruturação do atendimento para agendar visita do CONANDA àquele Estado.

III INFORMES: 1 – TOQUE DE RECOLHER EM RECIFE – A conselheira Olga Câmara fez o relato sobre as negociações da Portaria da Justiça da Infância e da Juventude da Capital de Pernambuco, que restringe o trânsito de crianças e adolescentes desacompanhados de pais e responsáveis pelas ruas de Recife, após às vinte e uma horas. Alegou que o pronunciamento do Dr. José Gregori à imprensa foi de que após cento e vinte dias de avaliação da Portaria, poderia estudar a possibilidade de apoiar ou não a implantação dessa ação a nível nacional, propondo à conselheira que aprofundasse o estudo sobre o assunto em questão. Disse ter estranhado as notícias nos jornais com a afirmativa de apoio do Secretário à ação. Informou, que o Secretário a designou para ir à Recife no mês de março enquanto DCA, para fins de avaliação da situação naquela cidade. O conselheiro Fernando argumentou que o CONANDA recebeu documento do Promotor de Justiça de São Paulo, Clilton Guimarães, relatando

que Dr. José Gregori se manifestou enquanto Presidente do CONANDA e ressaltou, caso haja possibilidade da nacionalização dessa ação, deve-se haver o parecer do Conselho sobre a matéria. O Vice-Presidente questionou quanto a eficácia do Programa e a sua indagação foi se na Portaria estavam afetas também as questões do trabalho infantil e da exploração sexual. A conselheira Maria Stela , informou que foi convidada para vir a Brasília fazer uma avaliação da situação enquanto técnica especializada sobre o assunto. Propôs à Dr^a Olga, que a reunião agendada para o mês de maio em Brasília, seja realizada em Recife, para que os demais representantes daquela cidade possam participar. O conselheiro Charles Pranke, propôs que o assunto seja ponto de pauta para reflexão. Ficou aprovado que os conselheiros José Fernando, Normando e Eurídice, irão a reunião proposta para o mês de março na cidade de Recife, juntamente com a conselheira e Diretora do DCA Olga Câmara, bem como deverá ser enviado correspondência ao Promotor de Justiça de São Paulo, enfocando que a posição do Dr. José Gregori na imprensa, foi enquanto Secretário de Estado e não como Presidente do CONANDA. 2 – O conselheiro José Fernando, fez o relato da visita conjunta CONANDA, CEDCA-PE e UNICEF ao CERAD e CEMIP, (atendimento aos adolescentes infratores, cumprindo medidas sócio-educativas de internação) no município de Abreu e Lima – PE; O conselheiro Normando Batista, informou sobre o Projeto Dez Anos do ECA, na Bahia, com a parceria de cinquenta e seis entidades; 4 – A conselheira Olga Câmara, informou sobre o Colóquio Internacional a realizar-se no período de 26 à 29 de março de dois mil, para aprofundar as discussões sobre as medidas sócio-educativas em meio aberto. O evento será promovido pelo Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos do ILANUD , Comissão Européia – Costa Rica, UNB, MJ/SEDH/DCA, UNICEF/Brasil, UNESCO/Brasil, Vara da Infância e da Juventude – DF e Embaixada da Costa Rica, México e Espanha . Informou ainda, que o DCA em parceria com a ABRAPIA, vem realizando ações de Capacitação sobre violência e exploração sexual

de crianças e adolescentes e que estas ações são compostas de cinco módulos; 5 – A conselheira Kênia, falou da pesquisa sobre medidas sócio-educativas, proposta pelo Rudá Ricci. Neste sentido, o Vice – Presidente sugeriu que o projeto seja avaliado pelo Grupo de Trabalho sobre medidas sócio-educativas; b – A conselheira Eurídice, sugeriu a participação da Chefe do Setor de desburocratização dos fundos do Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão, para falar sobre o projeto, objetivando o melhor funcionamento do FNCA; 7 – O conselheiro Ivanildo fez o relato da situação do cumprimento da lei que garante o registro civil gratuito, enfocando as dificuldades de se obter dados, por falta de encaminhamento dos cartórios. Informou ainda, que já foram dadas todas as condições exigidas pelos cartórios, porém a situação permanece caótica. Ele pediu a colaboração dos conselheiros da sociedade civil, para mobilização nos Estados contra a “Operação Tartaruga” , para a emissão de registros. O Vice-Presidente alertou que os cartórios estão emitindo certidões em papel de última categoria, além de discriminar os interessados. O conselheiro Ivanildo, sugeriu para que as pessoas que estão sendo lesadas procurem o corregedor local, para formalizar as denúncias. A conselheira Eurídice, sugeriu a nomeação dos cartórios que não estão cumprindo a lei, e a conselheira Cristina, sugeriu a ajuda da ANDI para publicar a relação dos cartórios que não estão cumprindo a lei; 8 – O conselheiro Nelson, informou sobre o esboço do Plano Nacional de Segurança Pública, e sugeriu para que a Secretaria Executiva envie cópia do plano aos conselheiros, para conhecimento e sugestões. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Vice-Presidente do CONANDA